



EDIA REPUDIA ACUSAÇÕES DA LPN SOBRE ABATE DE ÁRVORES EM ALQUEVA

Tendo tomado conhecimento pela Comunicação Social do comunicado de imprensa da Liga para a Proteção da Natureza (LPN), com o título “Alqueva: da incompetência à ilegalidade”, onde a EDIA é acusada, entre outras coisas, do “abate de 7 mil azinheiras e sobreiros e 4500 oliveiras secas”, cumpre-nos esclarecer:

- 1) Até ao ano de 2002, a EDIA procedeu à preparação do território a inundar pela albufeira de Alqueva onde esteve incluída a desmatação e desarborização desta área, a qual foi realizada segundo um rigoroso plano de trabalhos, cumprindo toda a legislação ambiental e diretivas europeias em vigor, uma vez que estes trabalhos eram eles próprios medidas de minimização decorrentes da avaliação de impacte ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), contrariamente ao referido no comunicado.
- 2) Em 2007, foi assinado o contrato de concessão entre o Estado Português e a EDIA referente ao Sistema Primário do EFMA, no qual está incluída apenas a responsabilidade de gestão do domínio público hídrico da albufeira de Alqueva no que respeita à captação de água para rega e para a produção de energia elétrica, não sendo a EDIA responsável pela gestão da faixa de interníveis onde se localizavam as árvores referidas.
- 3) Por não caber na sua competência, a EDIA não promoveu nenhum concurso nem nunca assinou qualquer contrato com qualquer entidade autorizando o corte das referidas árvores.
- 4) Por outro lado, é importante referir que a EDIA faz parte do projeto de reintrodução da águia-pesqueira, o qual acompanha desde 2011. Foram inclusivamente as equipas de monitorização e vigilância ambiental da EDIA que alertaram as entidades competentes sobre as eventuais afetações dos cortes de árvore sobre os valores ambientais existentes na albufeira de Alqueva, em geral, e no projeto da águia-pesqueira, em particular.

A EDIA gostaria finalmente de realçar que, até à data, não tem registo de nenhuma tentativa de contacto da LPN para clarificação desta situação. Somos naturalmente levados a concluir que a abordagem não fundamentada adotada pela LPN tem como único objetivo denegrir a imagem da EDIA, o que repudiamos vivamente, diminuindo também por essa razão a autoridade da LPN na abordagem desta temática, tão crítica para a sustentabilidade da região de Alqueva.

A EDIA pondera avançar com uma ação judicial contra a LPN por difamação.